

A premência do conceito de retrotopia linguística em tempos de revivificações nacionais

The urgency of the concept of linguistic retrotopia in times of national revivals

Alinee Silva dos Santos

Universidade Federal de Mato Grosso

Fernando Zolin-Vesz

Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Neste artigo, propomos a urgência do conceito de retrotopia linguística a fim de compreender o grande debate público gerado toda vez que qualquer prática linguística destoa das fixas, rígidas e hierárquicas normas gramaticais idealizadas em torno da concepção de língua nacional. Para tanto, lançamos mão do conceito baumaniano de retrotopia a fim de compreender as diversas formas de revivificação de mitos e símbolos nacionais, como a concepção de língua (nacional), que se apresenta como aquele símbolo hábil a trazer de volta o sentimento de comunidade e de unidade perdido diante de um futuro cada vez mais incerto.

Palavras-chave: Retrotopia linguística; Língua nacional; Premência

Abstract: In this paper, we propose the urgency of the concept of linguistic retrotopia in order to understand the great public debate generated whenever any linguistic practice deviates from the fixed, rigid and hierarchical grammatical norms idealized around the conception of the national language. To do so, we use the Baumanian concept of retrotopia in order to understand the various forms of revival of national myths and symbols, such as the conception of national language, which presents itself as that skillful symbol to bring back the feeling of community and unity lost in the face of an increasingly uncertain future.

Keywords: Linguistic retrotopia; National language; Urgency

Introdução

A multiplicidade linguística que parece configurar a contemporaneidade, traduzida na crescente mobilidade de línguas não mais confinadas a territorialidades pré-definidas, tem nos possibilitado viver em um mundo cujas fronteiras se tornam cada vez mais porosas e fluidas, principalmente em tempos de visível instabilidade das formas de manutenção dos Estados-Nação (Bauman, 2017a). Entretanto, comumente engendrados em posturas que sugerem a permanência da orientação monolíngue na concepção de língua, nossa compreensão acerca de qualquer prática linguística

que destoe de suas fixas, rígidas e hierárquicas normas tem sido considerada invariavelmente como inaceitável. A manutenção do entendimento de que qualquer prática linguística, contrária àquela concepção, compõe uma forma de ameaça à língua (nacional), parece ainda mais notória.

Nessa seara, o discurso monolíngue¹ parece continuar enraizado de tal forma no modo como concebemos língua que qualquer outro posicionamento não monocêntrico deve ser reiteradamente refutado, uma vez que constitui ameaça à língua (nacional). Esse panorama se configura devido à concepção de língua que ainda hoje parece imperar: língua continua sendo entendida como uma entidade singular, um sistema essencialmente fechado, autônomo e diferente de outras línguas, atrelado a um território geográfico específico e controlado por um conjunto de regras gramaticais.

Tal cenário pode ser fartamente ilustrado por meio de um conjunto de episódios dos últimos anos em que a concepção de língua imperante apresenta-se no enquadre acima descrito. A começar pelos famigerados estrangeirismos, por meio da proposição do projeto de lei n. 1.676/1999, de autoria do então deputado Aldo Rabelo, que propiciou grande debate público no final dos anos 1990 e começo dos anos 2000. O referido projeto declarava lesivo ao patrimônio cultural brasileiro “todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira” (Faraco, 2007, p. 179). Ademais, determinava que “toda e qualquer expressão em língua estrangeira posta em uso no território nacional terá que ser substituída por palavra ou expressão equivalente em língua portuguesa no prazo de 90 (noventa) dias” (Faraco, 2007, p. 179-180). Com a justificativa de que “a invasão indiscriminada e desnecessária de estrangeirismos” (Faraco, 2007, p. 181) descaracteriza a língua portuguesa, tratava-se, portanto, de reação a uma suposta ameaça que a língua portuguesa estaria sofrendo.

Outro episódio que proporcionou grande debate público envolve toda a discussão criada em 2011 em relação à abordagem das variedades linguísticas do português brasileiro no livro didático *Por uma vida melhor*, distribuído pelo Ministério da Educação. A polêmica iniciou quando o jornalista Alexandre Garcia noticiou, no programa *Bom Dia Brasil* da Rede Globo, que o Ministério da Educação “estava financiando livros didáticos que fomentavam o uso do português errado” (Baronas; COX, 2013, p. 66). No primeiro capítulo do referido material didático, que apresenta como título “Escrever é diferente de falar”, e, especificamente, na seção “A concordância entre as palavras”, a autora do livro, “seguindo uma orientação sociolinguística, trata da concordância nominal e verbal como um fenômeno variável e não categórico, sem deixar, todavia, de explicitar o valor social da norma culta” (Baronas; Cox, 2013, p. 67) ao comparar as sentenças “Alguns insetos provocam doenças, às vezes, fatais à população ribeirinha” e “Os livro ilustrado mais interessante estão emprestado”. Novamente, uma suposta ameaça à língua portuguesa entra em campo como justificativa para todo aquele empreendimento de refuta à abordagem sociolinguística apresentada pelo livro didático. A suposta existência de um suposto inimigo – as variedades linguísticas –, que ameaça a estabilidade da língua, parece relacionar-se à inclusão de elementos que não estão relacionados ao que determinam os moldes da língua (nacional), principalmente o reconhecimento como válidas e legítimas de construções relacionadas a variação linguística que não se alinham com as determinações da gramática normativa.

¹ Discurso monolíngue é aqui entendido como uma dispersão da acepção foucaultiana de discurso, ou seja, um conjunto de enunciados que se apoia em uma mesma formação discursiva, cuja concretização produz certos sentidos que se desdobram em determinado(s) efeito(s) de verdade (FOUCAULT, 2008). Destarte, tal(is) efeito(s) de verdade coaduna(m)-se com a concepção de língua estabelecida pelos meandros das delimitações impostas pelo surgimento da noção de Estado-Nação.

Embora de menor destaque e debate público, outro episódio que se enquadra no panorama aqui descrito envolve a edição n. 479 da revista *Vogue*, de julho de 2018, intitulada “minha pátria é minha língua”, cujo propósito é “celebrar o português” por meio de uma “viagem espetacular” por cidades de países que o tomam como língua nacional. Logo de início, o título da referida edição, que pode ser associado a “minha pátria é a língua portuguesa”, excerto do *Livro do desassossego*, do escritor português Fernando Pessoa, sugere a noção de pátria como sinônimo de Estado-Nação: um território específico, demarcado geograficamente, o qual se pretende homogêneo em sua constituição, principalmente no que se refere à língua (nacional) autorizada a compor aquele espaço, de modo a homogeneizar os grupos sociais dentro daquele território (Zolin-vesz; Santos; Cardoso, 2019). O que chama à atenção nesse caso é que, em uma edição temática de uma das revistas de moda mais conceituadas do mundo, a língua portuguesa continua a ser “celebrada” desde que apresentadas como únicas possibilidades legítimas aquelas práticas linguísticas que consideram privilegiadamente a relação língua (nacional)-território e, inerentemente a isso, a gramática normativa da língua portuguesa (Zolin-vesz; Santos; Cardoso, 2019).

O propósito deste artigo², portanto, é evidenciar esse fenômeno que, embora não seja novo, vem se tornando cada vez mais recorrente nas últimas décadas: a defesa pública da manutenção de determinados aspectos normativos das línguas nacionais e o rechaço a quaisquer manifestações linguísticas da contemporaneidade que apresentam (na visão dos defensores dessa postura) características “ameaçadoras” à estabilidade e à pureza da língua entendida como nacional. Para tal empreitada, lançamos mão da premência do conceito de retrotopia linguística (Santos, 2022), baseando-se em revivificações nacionais, para evidenciar o destaque conferido à língua nacional (e suas regras gramaticais normativas), como meio de recuperação de certas concepções, associadas ao nacionalismo, tais quais unidade, estabilidade e única/legítima manifestação linguística. Para dar início a essa conversa, partimos do conceito baumaniano de retrotopia.

O conceito de retrotopia

A fim de compreender o conceito de retrotopia, convém inicialmente ressaltar que o tempo presente passa por uma “epidemia global de nostalgia” (Bauman, 2017b, p. 8), de “volta ao passado”, alimentada pela ansiedade que nasce da incerteza quanto ao tempo futuro. Tal percepção ocorre, segundo o autor, uma vez que a sociedade se encontra imersa em um constante sentimento de perda e de deslocamento, dadas as configurações do mundo contemporâneo, cujas certezas (em todas as suas acepções) tornam-se cada vez mais fluidas, porosas e fragmentadas. Ao mesmo tempo, essa nostalgia recupera uma percepção individual, ou às vezes coletiva, acerca de certos acontecimentos ou períodos históricos, o que a liga ao conceito de utopia de Thomas More, definido como o sonho milenar do ser humano de retorno ao paraíso ou do estabelecimento da bem-aventurança na Terra. Bauman (2017b) observa que, com More, as perspectivas de felicidade humana estavam amarradas a um *topos*, ou seja, a um lugar fixo, a uma pólis, a uma cidade. Porém, aquelas perspectivas foram “descoladas e

² Trata-se de um recorte modificado da tese de doutoramento do primeiro autor, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, da Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação do segundo autor.

desamarradas de qualquer *topos* particular” e “individualizadas, privatizadas e personalizadas” (Bauman, 2017b, p. 10), ou seja, o entendimento de que a felicidade encontrava-se em um lugar fixo foi rejeitado para ser compreendido como associada a um estado de espírito individual, independentemente da localização geográfica. Em contrapartida, o mundo contemporâneo busca incessantemente retornar à perspectiva de felicidade humana relacionada a um *topos* particular que não depende exclusivamente do indivíduo. Assim, a felicidade só pode ser possível se houver um movimento de retorno a um lugar/momento que ficou no passado utópico, uma vez que se acredita ter sido melhor do que está sendo o presente. Dessa rejeição nasce o que Bauman (2017b) denomina como retrotopia: “visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro ‘ainda todavia por nascer’ e, por isso, inexistente” (Bauman, 2017b, p. 10).

Nessa visão retrotópica, ainda de acordo com Bauman (2017b), o ser humano, em vez de investir esperanças em um futuro incerto e “sempre obviamente duvidoso demais”, tende a reinvestir em um passado vagamente lembrado, valorizado por sua estabilidade e, portanto, confiabilidade. Paralelamente, o futuro, antes visto como habitat natural de esperanças e expectativas legítimas, passa a ser visto como um local de pesadelos e de insegurança por não ser factível saber o que ele contém ou reserva. Nas palavras do autor, “a estrada para as guinadas do futuro parece sinistramente uma trilha de corrupção e queda”, por isso, “talvez a estrada de volta, aquela para o passado, ainda tenha a chance de se tornar uma trilha de limpeza dos estragos cometidos toda vez que eles viraram presente” (Bauman, 2017b, p. 12). Contudo, como destaca o autor, “quando sonhamos nossos sonhos nostálgicos, nós não ‘retornamos’ ao passado ‘como tal’” (Bauman, 2017b, p. 16), mas a uma fantasia, a uma imaginação que temos do que ele pode ter sido. É nesse ponto, portanto, que se estabelece a relação entre retrotopia e nostalgia, uma vez que se vincula a um suposto tempo passado, àquilo que se acredita que fora determinado momento histórico.

De igual modo, esse movimento de “volta ao passado” tende a apresentar a globalização como a verdadeira “culpada” pelo fracasso do tempo presente e justificar o “retorno ao protecionismo e aos dias de suposta calma de fronteiras nacionais fortes” (Bauman, 2017b, p. 13) como o modelo de futuro ideal a ser seguido. Para isso, revivificações nacionais, as quais se empenham na fabricação de símbolos e mitos nacionais, como a evocação da concepção de Estado-Nação e de soberania nacional, tornam-se o molde capaz de recuperar aqueles aspectos do tempo passado que transmitem segurança, estabilidade e confiabilidade. Dentre esses símbolos/mitos, a língua nacional – ou a crença nela – se apresenta como ferramenta de volta àquele passado ideal, utópico, uma vez que constitui parte integrante do conjunto de símbolos que definem um povo, uma nação, uma pátria, conforme os meandros construídos pelo Estado-Nação. Na próxima seção, discutimos a relação entre a formação dos Estados-Nação e a constituição do conceito de língua nacional.

A formação do Estado-Nação e a constituição do conceito de língua nacional

Primeiramente, convém salientar que línguas são tomadas neste artigo como invenções, ou seja, como produtos de discursivização “[...] no interior de um dispositivo com fins de gestão e controle de povos e de terras” (Severo, 2016, p. 12). Por esse viés, a definição de língua começou a se solidificar na Europa Ocidental durante o século XVIII e recebeu importante influência do Romantismo. Conforme observa Canagarajah (2013), os pensadores românticos acreditavam que a língua incorporava o espírito, os pensamentos e os valores da comunidade à qual estava relacionada, além de defenderem que a língua e a comunidade estavam enraizadas em um território determinado. Segundo o autor, por meio dessa demarcação entre língua, comunidade e território, emergiu a chamada tríade herderiana, essencial para a consolidação da aceção de que cada língua deveria ser entendida como um sistema autônomo, hermético e controlado por uma gramática normativa. De igual modo, para a tríade herderiana, a imprescindibilidade da natividade contribui para a glorificação do falante nativo como superior em relação ao falante não nativo: os falantes nativos de determinada comunidade constituem os “verdadeiros donos” da língua, uma vez que compõem aquela comunidade e possuem “naturalmente” a identidade que é “intrínseca” a esse território.

Nessa seara, a definição de língua parece ser formatada como herança das concepções de homogeneidade difundidas pela constituição do Estado-Nação, expressas pela máxima um território, uma comunidade, uma língua comum e uma identidade única compartilhada por essa comunidade. O surgimento da noção de Estado-Nação, portanto, consiste em elemento imprescindível para a compreensão do conceito de língua (nacional). Bauman (2016) atribui a concepção do Estado-Nação à derrocada do chamado *ancien régime*, prometendo garantir segurança nos aspectos políticos e materiais. O regime, cuja característica principal era a descentralização dos poderes político e econômico, os quais se encontravam nas mãos dos senhores feudais, proprietários das terras, teria entrado, de acordo com Bauman, em processo de falência por força de fatores como o aumento da transição populacional devido ao renascimento comercial, além de guerras, aumento de impostos e disseminação de doenças. Tal cenário produziu um sentimento de caos e incerteza na sociedade.

Desse cenário de desesperança e medo, surgem as sementes que possibilitam a estruturação do Estado moderno: o Estado-Nação propõe “[...] a substituição do caos e da incerteza por uma harmonia pré-desenhada e pela ordem planejada e controlada” (Bauman, 2016, p. 20). Em nome dessa segurança e dessa estabilidade, o Estado moderno ambicionava interferir em todos os aspectos da vida humana, a fim de monitorá-la, registrá-la, regulamentá-la, administrá-la e controlá-la. Nesse aspecto, destaca Bauman (2016), a *conditio sine qua non* do Estado-Nação apresentaria dois princípios fundamentais: (1) demarcar seus territórios e delimitar suas fronteiras físicas, sendo necessário um governo que os resguardasse; e (2) homogeneizar os grupos sociais dentro de seu território, assim oferecendo segurança aos indivíduos que formassem sua população. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, nasce a relação de pertencimento entre cidadãos e território: o conceito de nação englobaria os cidadãos pertencentes a um mesmo território e os definiria como “nacionais” em contraposição aos “não nacionais”.

Assim, desponta o conceito de nacionalidade, derivado da pretensa construção de comunidades homogêneas, sem interferências exteriores, organizadas geopoliticamente e com fronteiras geográficas definidas, o que confirma a concepção de território vinculada à noção de Estado-Nação. Assegura-se, por conseguinte, a consolidação das línguas nacionais, cujo surgimento estaria “em cumplicidade com o Estado e com instituições que regulamentavam os usos e os abusos da língua” (Mignolo, 2003, p. 345). É sob esse pressuposto que surgem tanto a definição de língua nacional quanto a concepção de Estado-Nação: a figura dos “não nacionais”, do estranho/estrangeiro (Bauman, 2017a), é apresentada como ameaça à estabilidade nacional, pois deteriora, corrompe, aterroriza, corrói a homogeneidade que se espera do Estado-Nação e da língua (nacional).

Nesse cenário de pretensa estabilidade, estabelece-se o discurso monolíngue e a consequente defasada concepção de purismo linguístico: a língua passa a ser definida como um sistema atrelado a um território geográfico específico. Essa definição se torna o centro do conceito de língua nacional – “[...] as variedades marginalizadas e as línguas minoritárias, que integram o território-nação, são consideradas negativas e potencialmente problemáticas, influências que corrompem a ‘pureza’ da língua-mãe” (Zolin-vezs, 2015, p. 58). Essa postura parece confirmar um dos efeitos do discurso monolíngue: com a glorificação da língua (nacional), tudo que não integra aquela comunidade/território/Estado-Nação constitui ameaça à língua nacional. A manutenção da idealização de língua nacional aparece, assim, como garantia de preservação tanto da constituição do Estado-Nação quanto da noção de nacionalidade.

Enfim, a retrotopia linguística

Se o movimento de “volta ao passado”, que se apresenta como “uma trilha de limpeza dos estragos cometidos pelos futuros toda vez que eles viraram presentes” (Bauman, 2017b, p. 12), pode ser visível e palpavelmente sentido em todos os níveis da coabitação social, a concepção de língua é entendida neste artigo como um desses níveis da coabitação social mencionados por Bauman. Alinhando o conceito baumaniano de retrotopia, o qual é entendido como “visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado”, as quais carregam consigo revivificações nacionais por meio de um retorno a símbolos e mitos nacionais, é possível pensar que a língua nacional, por integrar esse conjunto de símbolos e mitos nacionais, pode se unir ao conceito baumaniano e, assim, formar o conceito de retrotopia linguística. Vale destacar, retomando a discussão apresentada na seção anterior, que o surgimento da concepção de língua nacional está intimamente ligado à formação da noção de Estado-Nação, uma vez que a definição de língua parece ser formatada como herança das concepções de homogeneidade difundidas pela constituição do Estado-Nação, expressas pela máxima um território, uma comunidade, uma língua comum e uma identidade única compartilhada por essa comunidade.

Além disso, vivemos em uma “era nostálgica”, que se manifesta de maneira tão presente a ponto de Bauman atestar a existência de uma “epidemia global de nostalgia” (Bauman, 2017b, p. 8). Diante de portas do mundo globalizado que perderam até mesmo suas dobradiças, ou seja,

que não oferecem mais barreira de proteção e de separação para resguardar símbolos como a língua nacional, surge “um sentimento de perda e de deslocamento” (Bauman, 2017b, p. 8), destacando-se o anseio pelo resgate de uma memória que se apresenta incessantemente como perdida. Nesse panorama, a língua nacional apresenta-se como aquele símbolo hábil a trazer de volta o sentimento de comunidade e de unidade (tal qual aquele iniciado durante o século XVIII e que deu origem à concepção de língua e à constituição da noção de Estado-Nação). Por isso, manifestações de resgate, preservação e manutenção da língua nacional ganham ainda mais força nas mais diversas arenas e esferas da vida social, tornando-se com frequência temas de debate público. A nosso ver, a retrotopia é, antes de qualquer coisa, linguística. A premência do conceito de retrotopia linguística em tempos de revivificações nacionais é mais um daqueles debates sobre os quais não podemos mais nos esquivar, principalmente se levarmos em consideração episódios de grande debate público em torno de uma suposta constante ameaça a que as línguas nacionais encontram-se submetidas, como aqueles apresentados na introdução deste texto – o projeto de lei que restringia o uso de estrangeirismos, a polêmica a respeito da abordagem das variedades linguísticas do português brasileiro no livro didático e a “celebração” da língua portuguesa por uma das revistas de moda mais conceituadas do mundo.

Considerações finais

Neste artigo, propomos a urgência do conceito de retrotopia linguística a fim de compreender o grande debate público gerado toda vez que qualquer prática linguística destoa da normatividade idealizada em torno da concepção de língua (nacional). Vivemos, como nos alerta Bauman (2017b), uma “epidemia global de nostalgia” que tem nos levado de “volta ao passado” na busca por uma pretensa segurança e estabilidade que o futuro já não vislumbra como o modelo de tempo ideal a ser seguido. Assim, instala-se uma retrotopia cujas bases encontram-se fundidas em revivificações de mitos e símbolos nacionais, e a língua parece encaixar-se perfeitamente nesse enquadre.

Portanto, o propósito da discussão acerca da premência do conceito de retrotopia linguística em tempos de revivificações nacionais parece vincular-se ao debate que tal conceito pode proporcionar junto às mais diversas instâncias sociais, em particular os cursos de Letras. Que contribuições a discussão a respeito de tal conceito pode trazer para a formação de professores de línguas, com implicações para o modo como entendemos língua e seu ensino? Se a retrotopia dos dias atuais é antes de mais nada linguística, como afirmamos anteriormente, retrotopia linguística é um daqueles conceitos sobre os quais não podemos mais nos eximir de trazer à baila junto aos cursos de Letras.

Referências

- BARONAS, Roberto Leiser; COX, Maria Inês Pagliarini. Por uma vida melhor na mídia: discurso, aforização e polêmica. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 13, n. 1, p. 65-93, 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- BAUMAN, Zygmunt **Estranhos à nossa porta**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017a.
- BAUMAN, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017b.
- CANAGARAJAH, Suresh. **Translingual practice: global Englishes and cosmopolitan relations**. Londres: Routledge, 2013.
- FARACO, Carlos Alberto. **Estrangeirismos: guerras em torno da língua**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.
- SANTOS, Alinee Silva dos. **Retrotopias linguísticas: a língua nacional como ferramenta de revivificação do nacionalismo**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2022.
- SEVERO, Cristine Gorski. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa**, v. 60, n. 1, p. 11-28, 2016.
- ZOLIN-VESZ, Fernando. **Esse é o final de uma era triste e o começo de uma fase muy feliz: translinguismo em telenovelas brasileiras**. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- ZOLIN-VESZ, Fernando; SANTOS, Alinee Silva dos; CARDOSO, Márcio César. ‘Minha pátria é minha língua’: a celebração do discurso monolíngue na revista Vogue. **Gragoatá**, v. 24, n. 48, p. 177-190, 2019.